

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS  
GERAIS - CAMPUS BAMBUÍ  
CURSO DE BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA

Bruna Macena Pereira de Souza

**A PANDEMIA DA COVID-19 E A EXPANSÃO DA INFORMALIDADE NA  
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR EM MINAS GERAIS**

BambuÍ- MG

2024

**A PANDEMIA DA COVID-19 E A EXPANSÃO DA INFORMALIDADE NA  
AGROINDUSTRIA FAMILIAR EM MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Medicina Veterinária do IFMG – *Campus*  
BambuÍ como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharela em  
Medicina Veterinária.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Magela  
Moreira

BambuÍ- MG

2024

**A PANDEMIA DA COVID-19 E A EXPANSÃO DA INFORMALIDADE NA AGROINDÚSTRIA  
FAMILIAR EM MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao  
Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária do IFMG –  
*Campus* Bambuí como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharela em Medicina Veterinária.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Magela Moreira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS  
Campus Bambuí  
Diretoria de Ensino  
Departamento de Ciências Agrárias  
Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 03 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG  
37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

### BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de 2024, às oito horas, na Plataforma de Webconferência do Google Meet (<https://meet.google.com/ykf-nfhq-ids>) iniciou-se a apresentação pública do Trabalho de Conclusão do Curso do Bacharelado em Medicina Veterinária, pela discente (**Bruna Macena Pereira de Souza**), intitulado A PANDEMIA DO COVID-19 E A EXPANSÃO DA INFORMALIDADE NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR EM MINAS GERAIS, tendo como orientadora a Prof. Dra. Simone Magela Moreira. O início dos trabalhos se deu com a apresentação da Banca Examinadora que foi composta pelos seguintes membros: Dr(a). Simone Magela Moreira - Orientador(a), Dr(a). Claudia Aparecida de Campos e Dra. Ariane Flávia do Nascimento, membros titulares. A discente iniciou sua apresentação, expondo seu trabalho durante 25 minutos. Os membros da banca apresentaram seus questionamentos e sugestões que foram respondidos pela discente. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se, sem a presença do(a) discente e do público, para fazer a avaliação final do trabalho apresentado. Em conclusão, deliberou que o Trabalho de Conclusão de Curso foi:

**Aprovado.**

**Aprovado com ressalvas**

**Reprovado.**

A versão final do TCC, atendidas as exigências apresentadas pela Banca Examinadora, deverá ser enviada via e-mail para o Departamento de Ciências Agrárias, Coordenação do TCC, impreterivelmente até o dia 30/11/2024.

O não cumprimento das exigências pelo(a) discente no prazo estabelecido implicará na sua reprovação.

O conceito atribuído ao TCC foi A e a nota 92,5. Eu, Simone Magela Moreira, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca.

Prof. Dr(a) Simone Magela Moreira - IFMG Campus Bambuí - Orientadora

Prof. Dr(a) Ariane Flávia dos Nascimentos - IFSulde Minas - Campus Inconfidentes

Prof. Dr(a). Claudia Aparecida de Campos - IFMG - Campus Bambuí

Bambuí, 22 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Aparecida Campos, Professora**, em 22/11/2024, às 09:44, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Magela Moreira, Professora**, em 22/11/2024, às 09:50, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Nascimento registrado(a) civilmente como Ariane Flávia do Nascimento, Usuário Externo**, em 22/11/2024, às 09:51, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Macena registrado(a) civilmente como Bruna Macena Pereira de Souza, Usuário Externo**, em 22/11/2024, às 10:47, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2114307** e o código CRC **50761100**.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e incentivo de várias pessoas, às quais expresso aqui minha sincera gratidão.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Simone Magela Moreira, a orientação cuidadosa, a paciência e a inspiração ao longo de toda a pesquisa. Sua experiência e conhecimento foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, e sou grata pela confiança e apoio incondicional.

Ao Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Bambuí, minha instituição de formação, pela oportunidade de crescimento pessoal e acadêmico, pela concessão da bolsa de Iniciação Científica e pelo programa de verticalização que me permitiu vivenciar a experiência junto a uma estudante de Pós-graduação. À mestranda em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental do IFMG, Mestre Daniela Fernandes César, pela parceria na iniciação científica. Sua dedicação e visão interdisciplinar enriqueceram a pesquisa e ampliaram minha compreensão sobre o impacto das políticas públicas e da regulamentação sanitária na agroindústria familiar. Estendo meus agradecimentos aos docentes do curso de Medicina Veterinária, que compartilharam seu saber e contribuíram para meu desenvolvimento profissional.

Aos meus colegas e amigos, que foram apoio constante nos momentos de dificuldade e compartilharam as alegrias e desafios dessa jornada acadêmica.

Por fim, agradeço especialmente à minha família, por todo o amor, suporte e incentivo, fundamentais em cada etapa do meu percurso. Esta conquista é, em grande parte, resultado do carinho e da confiança que sempre me dedicaram.

A todos, meu muito obrigada.

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta o estudo cujo propósito foi avaliar o progresso da agroindústria familiar em Minas Gerais, utilizando como indicador a emissão de alvarás sanitários entre 2015 e 2020. O objetivo não apenas busca quantificar o impacto das políticas recentes, mas também os possíveis efeitos da pandemia da COVID-19 no setor. Além disso, visa lançar luz sobre desafios, oportunidades e caminhos futuros para a agricultura familiar em Minas Gerais e no país.

Este trabalho foi realizado no âmbito da iniciação científica vinculada à Pós-graduação do Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus Bambuí*, financiado por meio de bolsa oferecida pelo edital N.º 16/2020, orientado pela professora do programa de Pós-graduação, do Mestrado Profissional em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental, Dra. Simone Magela Moreira.

Com a colaboração de outros coautores, o artigo foi submetido para publicação à revista Observatório de La Economia Latinoamericana (ISSN 1696-8352), qualis CAPES (2017-2020): A4 [área de Medicina Veterinária]. Na versão deste trabalho de Conclusão de Curso, o texto segue conforme publicado em 23/11/2023.

O artigo pode ser acessado por meio do link:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2233>

## RESUMO

Nos últimos anos, a agricultura familiar no Brasil alcançou relevância inédita, impulsionada por políticas públicas e normativas que potencializaram seu desenvolvimento. Notavelmente, a formalização por meio da renovação do alvará sanitário emergiu como um barômetro da progressiva inserção dos produtores no mercado formal. Este movimento não apenas fomenta a inclusão social, mas também assegura a qualidade dos alimentos para os consumidores. Com um foco preciso em Minas Gerais e um período delimitado entre 2015 e 2020, esta pesquisa mergulhou profundamente nas solicitações de alvará por estabelecimentos da Agricultura Familiar e produtores de alimentos. Os registros obtidos da Superintendência de Vigilância Sanitária foram examinados e, crucialmente, essa análise foi enriquecida pela aplicação do mapeamento de causa e efeito, conforme sugerido pela OCDE em 2012. Os dados revelaram uma significativa trajetória ascendente até 2019. No primeiro ano de estudo, das 658 inspeções, 41,8% visavam ao licenciamento sanitário. Em 2016, esse número caiu para 23,2%, mas a recuperação foi robusta nos anos subsequentes, atingindo 1008, 1199 e 1235 inspeções em 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Porém, uma reviravolta ocorreu em 2020, impulsionada pela pandemia da COVID-19, quando, das 630 inspeções, apenas 140 (22,2%) resultaram em licenças. Este panorama é uma janela para a resiliência e os desafios da agricultura familiar em fase de adversidades externas. Ele reitera a necessidade de investigações contínuas sobre impactos externos no setor, servindo como um guia valioso para formuladores de políticas e gestores em tempos de incerteza.

***Palavras-chave:*** alvará sanitário, vigilância sanitária, políticas públicas, mapeamento de causa e efeito (OCDE), resiliência.

## ABSTRACT

In recent years, family farming in Brazil has gained unprecedented prominence, driven by public policies and regulations that have fostered its development. Notably, the formalization through the renewal of health permits has emerged as an indicator of the gradual integration of producers into the formal market. This transition not only promotes social inclusion, but also ensures food quality for consumers. Focusing specifically on Minas Gerais and the period from 2015 to 2020, this research conducted an in-depth analysis of permit requests by family farming establishments and food producers. Records obtained from the State Health Surveillance Superintendency were examined, and this analysis was notably enhanced through the application of the cause-and-effect mapping methodology recommended by the OECD in 2012. The data revealed a significant upward trend until 2019. In the first year of the study, out of 658 inspections, 41.8% were aimed at health licensing. This number dropped to 23.2% in 2016, but a strong recovery was observed in the subsequent years, with 1008, 1199, and 1235 inspections recorded in 2017, 2018, and 2019, respectively. However, 2020 brought a notable reversal, driven by the COVID-19 pandemic, when only 140 out of 630 inspections (22.2%) resulted in licenses. This scenario sheds light on the resilience and challenges faced by family farming in times of external adversity. It underscores the need for continued research into external impacts on the sector, serving as a critical resource for policymakers and managers navigating periods of uncertainty.

**Keywords:** health permits, health surveillance, public policies, cause-and-effect mapping (OECD), resilience.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa causal da regulação e seus efeitos .....	9
Figura 2 - Aquisição de alvará sanitário, em destaque, dentre o número de inspeções realizadas em empreendimentos produtores de alimentos processados da agricultura familiar ou produtores rurais em Minas Gerais, de 2015 a 2020 .....	10

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	6
2. METODOLOGIA -----	8
3. DISCUSSÃO -----	10
3.1 <i>Identificação das causas</i> -----	14
3.2 <i>Efeitos de mapeamento</i> -----	15
3.3 <i>Ligando causas e efeitos</i> -----	15
3.4 <i>Recomendações</i> -----	15
4. CONCLUSÕES -----	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	18
6. REFERÊNCIAS-----	24

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, uma das pedras angulares da produção alimentar no Brasil, desempenha um papel inegável na sustentação e avanço da economia agrícola do país. Representando 30% da produção agrícola nacional e injetando aproximadamente 107 bilhões de reais por ano na economia, este segmento é uma força vital no tecido socioeconômico brasileiro (IBGE, 2017).

Historicamente, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela modernização agrícola, que, paradoxalmente, favoreceu desproporcionalmente os setores agrícolas mais capitalizados, relegando a agricultura familiar a um papel secundário e frequentemente subvalorizado (SILVA e HAETINGER, 2017). Entretanto, o cenário começou a mudar positivamente quando, em 2014, a Organização das Nações Unidas reconheceu o valor imensurável da agricultura familiar, declarando-o o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Este movimento não apenas trouxe à tona a importância do segmento, mas também realçou seu potencial como vetor de inclusão social, valor cultural e progresso econômico (HUNGER *et al.*, 2020).

A despeito destes avanços, os agricultores familiares ainda enfrentam uma miríade de desafios, especialmente no tocante à comercialização de seus produtos. Estes desafios vão desde garantir um mercado consistente e aperfeiçoar o escoamento da produção até navegar no labirinto de requisitos normativos, frequentemente percebidos como obscuros e inacessíveis (GOMES, 2017). A vigilância sanitária, embora essencial para garantir a qualidade dos alimentos, muitas vezes se torna uma barreira, com seus requisitos jurídicos complexos e, por vezes, descontextualizados das realidades dos pequenos produtores (GOMES, 2017; SILVEIRA, 2016).

Percebendo a incongruência e as barreiras potenciais representadas por estas normas, surgiram regulamentações mais flexíveis e adaptadas, como a RDC 49/213 e a Resolução SES/MG 6362/2018. Estas medidas procuram respeitar e refletir sobre as tradições locais, reconhecendo o valor e a singularidade dos produtos da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que promovem práticas sanitárias adequadas (ANVISA, 2013; MINAS GERAIS, 2018). Com elas, um novo caminho foi aberto, possibilitando que inúmeros produtores saíssem da sombra da informalidade, fortalecendo, assim, todo o setor.

Neste contexto, nossa pesquisa se dedicou a desvelar a paisagem emergente da agricultura familiar em Minas Gerais, focando nas solicitações de alvará sanitário entre

2015 e 2020. O objetivo não foi apenas quantificar o impacto das políticas recentes, mas também iniciar uma exploração profunda dos possíveis efeitos da pandemia da COVID-19 sobre este setor tão crucial. Este estudo, ancorado em uma disposição histórica e contemporânea, visa lançar luz sobre desafios, oportunidades e caminhos futuros para a agricultura familiar em Minas Gerais e no país.

## 2. METODOLOGIA

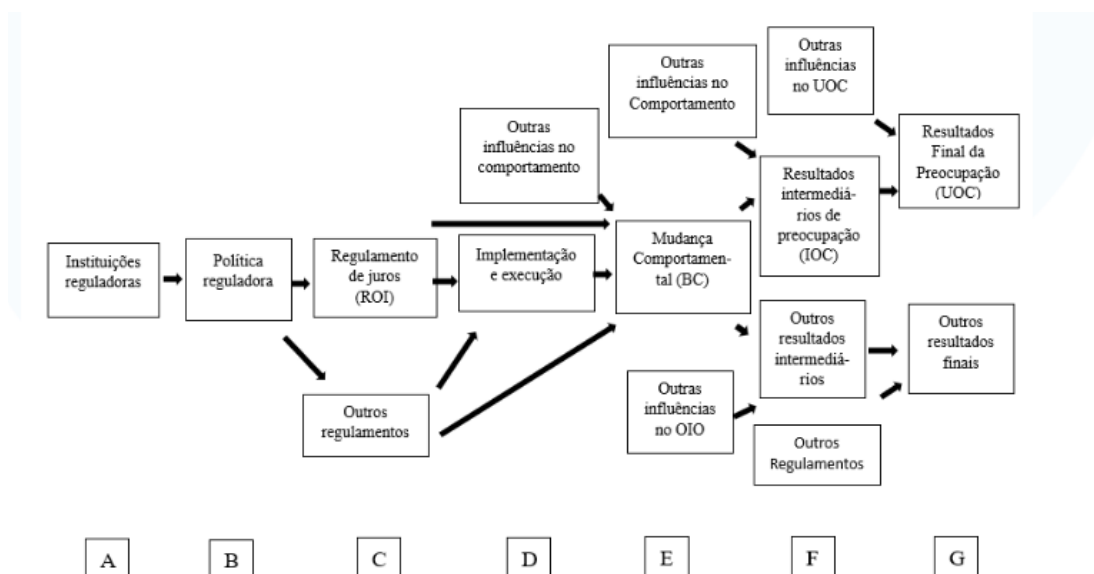
Este estudo empregou uma abordagem exploratória quali-quantitativa e de pesquisa aplicada para analisar a avaliação regulatória *ex post* associada à formalização de estabelecimentos da Agricultura Familiar e produtores de alimentos em Minas Gerais entre 2015 e 2020, período caracterizado pela modernização legislativa do setor.

Os dados primários foram provenientes do programa de monitoramento institucional da Superintendência de Vigilância Sanitária (VISA) do Estado, sob a curadoria do Grupo Técnico Vigi-Risco. Este conjunto de dados abrange registros de inspeções sanitárias realizadas em todos os municípios do Estado. Para fins deste estudo, focamos nos registros de estabelecimentos identificados pelos fiscais sanitários como pertencentes a agricultores familiares/rurais solicitantes de novas licenças sanitárias.

A análise foi moldada pela proposição de Yin (2001), cujas etapas iniciaram com a de conhecimento (i), que englobou uma revisão abrangente da literatura que embasou nossa compreensão do atual cenário de formalização na agricultura familiar. Armados com esse conhecimento fundamental, para a coleta de evidências (ii), nos aprofundamos nos dados da VISA para discernir o impacto regulatório nos processos de formalização dos produtores, garantindo a confidencialidade e integridade dos dados em todas as etapas. A interpretação e análise (iii) dos dados foram, ainda, estruturadas seguindo-se o mapeamento de causa e efeito recomendado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012). Esta abordagem sistemática facilita a identificação e ligação de variáveis, ajudando a discernir as causas subjacentes e os efeitos resultantes.

Adotando a abordagem do Mapa Causal da OCDE (2012), identificamos fatores que influenciam o estado atual da formalização do estabelecimento da agricultura familiar e documentamos seus efeitos a curto e longo prazo. Este método (Fig.1) oferece um caminho estruturado para avaliar os impactos regulatórios.

Figura 1. Mapa causal da regulação e seus efeitos



Fonte: Modificado de OCDE (2012)

Tal arcabouço oferece uma abordagem sistemática que nos permitiu identificar e conectar variáveis, garantindo um entendimento diferenciado das possíveis causas subjacentes e seus efeitos resultantes. As etapas específicas (nomeadas com letras de A-G) dessa metodologia incluem a identificação das causas que permitiram compreender e listar as variáveis ou fatores que contribuem para o atual estado de formalização dos estabelecimentos da agricultura familiar no Estado; os efeitos do mapeamento com a documentação dos resultados dessas causas, tanto a curto quanto em longo prazo; o estabelecimento das conexões entre as causas identificadas e seus efeitos, ajudando na compreensão da dinâmica e relacionamentos gerais. E por fim, sugerir recomendações e intervenções acionáveis para promover uma maior formalização dos estabelecimentos da agricultura familiar junto à Vigilância Sanitária.

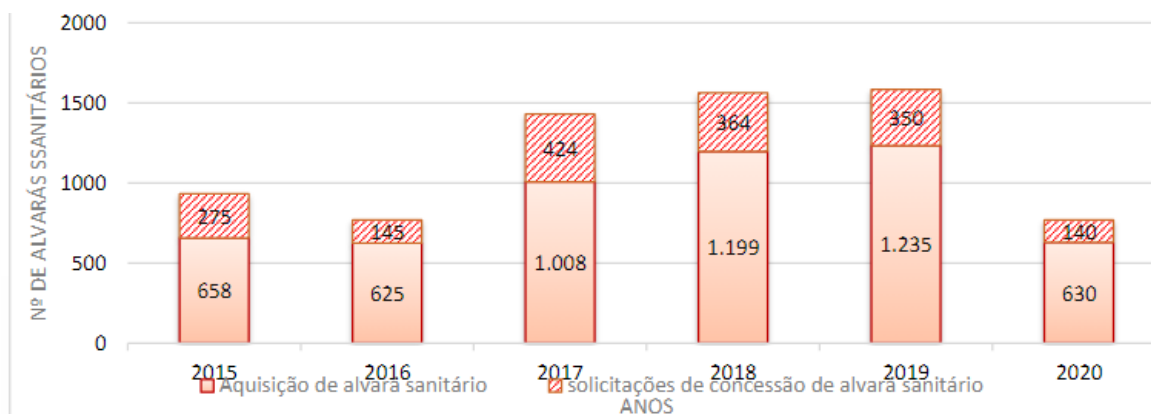
Este estudo opera com base na crença fundamental de que a implementação de regulamentações induz mudanças comportamentais entre os afetados por elas, conduzindo, em última instância, a mudanças circunstanciais globais. Por meio dessa metodologia abrangente, aspiramos contribuir para avanço nos conhecimentos que promovam uma melhor tomada de decisão e formulação de estratégias para as partes interessadas no setor da Agricultura Familiar.

### 3. DISCUSSÃO

Com base na análise das notificações ocorridas no período (Figura 2), foi possível verificar que a formalização dos empreendimentos se encontrava em franca expansão, possivelmente se beneficiando das alterações legais, quando a pandemia, ocorrida em

2020, alterou o cenário.

Figura 2. Aquisição de alvará sanitário, em destaque, dentre o número de inspeções realizadas em empreendimentos produtores de alimentos processados da agricultura familiar ou produtores rurais em Minas Gerais, de 2015 a 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados do Grupo Técnico Vigi-Risco

#### OBS.: CORRIGIR: ALVARÁS SSANITÁRIOS

Em 2015, foi disponibilizado, pela primeira vez, o formulário que possibilitou a caracterização das indústrias de alimentos em que se incluíam os produtores rurais e a agricultura familiar. No biênio 2015 e 2016, foram realizadas, em média, 641 inspeções de produtores rurais/agricultores familiares em Minas Gerais. Destas, 275 (43%) em 2015 e 145 (23%) em 2016 corresponderam às solicitações de concessão de alvará sanitário. A partir de então, a média subiu consistentemente, alcançando 1.147 inspeções nos três anos seguintes, devido aos percentuais correspondentes: 2017(42%), 2018 (30,3%) e 2019 (28,3%). Tal avanço pode sinalizar boa repercussão do setor, após o implemento da RDC49/2013 e a atuação do Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PRAISSAN), instituído em 2017 pela VISA, que teve como objetivo fortalecer as ações de desenvolvimento socioeconômico no Brasil, em que se objetivou apoiar a regularização sanitária dos microempreendedores. Segundo Agum *et al.*(2015), as políticas públicas, devido à complexidade, não têm seus efeitos imediatamente refletidos nas práticas sociais, necessitando que os indicadores sejam mensurados continuamente em um contexto histórico ampliado, para que possam ser avaliados. Sob esse prisma, a associação entre as resoluções de inclusão produtiva pode explicar, ao menos em parte, o crescimento até 2019.

Essa sequência com avanços percentuais representativos merece destaque, já que, conforme o censo agropecuário, a população ocupada na agricultura familiar caiu 2,166 milhões em 2017 (IBGE, 2017). Assim, outras hipóteses alternativas precisam ser

verificadas para inferências mais seguras, sem, contudo, desvaler-se dos aspectos inicialmente evidenciados.

Em 2020, verificou-se queda significativa nas inspeções referidas, tendo sido contabilizadas 630, das quais 140 (22%) solicitaram novo licenciamento. Considerada a calamidade mundial em razão da pandemia da COVID-19, diferentes setores sociais e econômicos foram impactados (MARCELINO *et al.*, 2020), e a agricultura familiar não pode ser excluída desse contexto. A crise sanitária expôs a precariedade da saúde nos diferentes países – incluindo os serviços de vigilância sanitária -, cujos esforços passaram a priorizar o combate à pandemia, relegando a um segundo plano os demais serviços (MONTENEGRO, 2020; MINAS GERAIS, 2020). Neste contexto grave e atípico, em resposta ao avanço do novo Coronavírus, algumas localidades decretaram a quarentena, fechando, assim, grande parte do comércio, proibindo eventos e atividades, suspendendo aulas em escolas e faculdades públicas e privadas. À vista disso, o resultado foi o grande impacto nos setores produtivos do país, uma vez que a atividade econômica reduziu neste período. A acentuada diminuição dos pedidos de novos alvarás destoava da expansão apresentada pelo setor agropecuário durante a pandemia, cujo crescimento chegou a 2,5% (VALADARES *et al.*, 2020).

Era de se esperar que a formalização se beneficiasse desse aumento, e diversas dimensões da pandemia podem responder por esse efeito observado. Os fatores que influenciam a decisão de se formalizar, ou não, determinados estabelecimentos devem ser analisados por sua íntima relação entre economia e gestão, inovação, educação e ação empreendedora em um país. O desemprego, o empreendedorismo e a percepção de oportunidade são considerados como os motivos mais comuns para incrementar a regularização (SOUZA E CARVALHO, 2019). Por outro lado, pelo medo de se perder algum benefício e, prioritariamente, devido à burocracia e aos custos dessa formalização, muitos produtores não incluem suas produções no mercado formal (VIDAL *et al.*, 2014).

É importante ressaltar que, durante o período em que se verificou a diminuição, a percepção de oportunidade mostrou uma contingência obviamente negativa ao aumento da formalização. A incerteza quanto aos desdobramentos da epidemia, mais prevalente no primeiro ano do fenômeno, apresenta reflexos variados em diferentes grupos. Inicialmente, poder-se-ia esperar que a redução da burocracia e dos custos de formalização promovida pelas recentes políticas econômicas (RODRIGUES JR, 2019), somadas à crise econômica e ao aumento do desemprego (SILVA, C.P *et al.*, 2021), incrementasse a busca pela formalização, já que, somente por meio do empreendimento devidamente formalizado,

há acesso aos mercados mais seguros e com melhores remunerações (FERREIRA, 2017) para o pequeno produtor. Contudo, o acesso ao auxílio emergencial e o medo de que a formalização da produção levasse à perda do benefício (SIQUEIRA, 2021) devem ser considerados, para o retrocesso ao desenvolvimento que se estabelecia no setor.

Ainda que o número total de agricultores familiares e produtores rurais de alimentos no Brasil seja maior que o apontado pela pesquisa, a incapacidade em lidar com as inseguranças da pandemia parece ter afetado as questões produtivas envolvendo a agricultura familiar, cujos efeitos necessitam de pesquisas continuadas, na análise do paradigma populacional. O fato de a informalidade ser o maior obstáculo ao crescimento dos pequenos negócios familiares rurais, comprometendo o desenvolvimento local e, por conseguinte, aprofundando a pobreza nos meios rurais do Brasil (KELLY, 2012) faz com que resultados preliminares, como esses aqui apresentados, sejam muito úteis na gestão de crises, quando janelas específicas de oportunidade devem ser aproveitadas para a tomada de decisão e o retorno ao crescimento.

O panorama apresentado anteriormente ilustra a relação indissociável entre a agricultura familiar e a regulamentação que a envolve. Não se trata apenas de conformidade, mas de uma parceria na qual a regulamentação visa potencializar a produtividade, a qualidade e a integridade do setor. Este relacionamento ganha ainda mais relevância quando consideramos os desafios postos pelo contexto socioeconômico de Minas Gerais e pelas mudanças globais recentes, como a pandemia de COVID-19.

Tendo em vista os desafios e oportunidades, é crucial entender que a regulamentação, em sua essência, não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta para alcançar objetivos maiores. Seja promovendo segurança alimentar, seja incentivando práticas agrícolas sustentáveis, a interação entre a regulamentação e a agricultura familiar deve ser vista como uma parceria dinâmica, moldada tanto pelos desafios do presente quanto pelas aspirações do futuro.

Desse modo, nossos resultados, analisados à luz do mapa de causa e efeito sugerido pela OCDE (2012), oferecem informações valiosas, demonstradas em seus passos (A-G), sobre a avaliação regulatória dos estabelecimentos, abrindo caminho para a tomada de decisões e estratégias informadas.

A autoridade reguladora é uma entidade governamental responsável por formular e programar políticas e regulamentações relativas à formalização de estabelecimentos de agricultura familiar e sua integração com a Vigilância Sanitária (Passo A). Estas determinações e medidas são moldadas não apenas por imperativos técnicos, mas

também por considerações sociais, políticas e encorajadoras, particularmente dada a natureza sensível da agricultura familiar no cenário econômico.

No âmbito da formalização dos estabelecimentos de agricultura familiar, a estratégia regulatória (Passo B) refere-se ao conjunto abrangente de regras, procedimentos e práticas tratados para a obtenção ou controle do Alvará Sanitário. Essas diretrizes regulatórias podem incluir transparência e consulta com as partes interessadas, bem como análises de impacto da regulamentação, estimativas de carga burocrática e medidas específicas para apoiar pequenos negócios agrícolas familiares.

Considera-se que o foco principal no passo C é a regulamentação em avaliação, constituída pela norma ou conjunto de diretrizes direcionadas à formalização de estabelecimentos de agricultura familiar. No entanto, outras regulamentações correlatas, seja de uma instituição similar ou de entidades diferentes, podem influenciar a aplicação e o impacto do "regulamento de interesse".

Com a introdução de novos regulamentos ou modificações dos existentes, a expectativa é que os estabelecimentos de agricultura familiar busquem a conformidade, analisada no passo D, relativo à execução. O compromisso ativo de tais estabelecimentos é crucial, mas a autoridade reguladora também deve assumir uma postura ativa, fornecendo diretrizes, orientações e, se necessário, incentivos para garantir a adoção efetiva das normas.

O ingresso ou alteração da regulamentação deve, idealmente, levar a uma mudança no comportamento dos estabelecimentos de agricultura familiar, correspondente à alteração de conduta, no passo E. No entanto, essa mudança pode ser influenciada por diversos fatores, como falta de informação ou capacitação, entre outros.

Ao observar a integração de estabelecimentos de agricultura familiar com a Vigilância Sanitária, os resultados intermediários (Passo F) podem incluir maior conscientização sobre práticas sanitárias, uma taxa crescente de coleta para o Alvará Sanitário, ou mesmo uma melhoria na qualidade do produto alimentício produzido.

Como objetivo final (passo G) do regulamento, entende-se a formalização bem-sucedida e a integração eficiente de estabelecimentos de agricultura familiar com a Vigilância Sanitária, promovendo, assim, a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável do setor e o bem-estar dos consumidores.

À medida que nos aprofundamos nos resultados de nossa análise, é fundamental entender a influência que os regulamentos exercem sobre a dinâmica comportamental dos

atores aos quais eles visam ou impactam. No centro deste julgamento, está um princípio fundamental: a implementação regulatória, que instiga um efeito cascata, catalisando mudanças nas normas comportamentais, que, por sua vez, transformam as circunstâncias abrangentes. Guiando nossa exploração, está o mapa causal, demarcado em sete etapas sequenciais, de OCDE (2012), e seus efeitos consequentes.

### **3.1 IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS**

Variáveis ou fatores que contribuem para o atual estado de formalização dos estabelecimentos da agricultura familiar em Minas Gerais:

a) Modernização legislativa: introdução e implementação de políticas como a RDC49/2013 e o Programa de Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PRAISSAN), voltadas para o fortalecimento das ações de desenvolvimento socioeconômico no Brasil;

b) Iniciativas de vigilância sanitária: criação de um programa institucional de vigilância sanitária pela Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais;

c) Pandemia de COVID-19: a crise sanitária mundial levou a reduções significativas nas inspeções e, possivelmente, influenciou na decisão dos produtores de formalizar seus estabelecimentos;

d) Fatores econômicos: a implantação do auxílio emergencial pode ter desestimulado a formalização, pelo temor de perder tais benefícios;

e) Percepção de oportunidade: a sensação de incerteza no início da pandemia pesou nas decisões dos produtores quanto à formalização.

### **3.2 EFEITOS DE MAPEAMENTO**

Efeitos em curto prazo:

a) Aumento inicial do número de fiscalizações de produtores rurais/agricultores familiares após a liberação da ficha de caracterização da indústria de alimentos;

b) Aumento significativo de processos de formalização, evidenciado pelo aumento de fiscalizações e pedidos de licenças sanitárias;

c) Queda acentuada nas inspeções e pedidos de novas autorizações em 2020,

provavelmente devido à pandemia.

Efeitos em longo prazo:

Potencial de estagnação ou queda na trajetória de crescimento dos estabelecimentos formalizados devido a desafios persistentes, como burocracia, custo de formalização e incertezas trazidas pela pandemia; operações informais contínuas podem impedir o crescimento de pequenos negócios familiares rurais, exacerbando a pobreza nas áreas rurais.

### **3.3 LIGANDO CAUSAS E EFEITOS**

A modernização da legislação e a criação do programa PRAISSAN, provavelmente, facilitaram um ambiente propício à formalização, levando a um aumento das inspeções e a um impulso mais robusto para a formalização.

A introdução de um novo formulário em 2015 permitiu a caracterização da indústria alimentar, o que, por sua vez, levou a um aumento do número de formalizações.

A pandemia de 2020 alterou drasticamente essa tendência positiva. Com o início da crise mundial de saúde, muitos estabelecimentos enfrentaram incertezas, provocando uma queda acentuada no número de formalizações.

As ajudas econômicas e o medo de perder os benefícios desencorajaram ainda mais a tendência à formalização durante a pandemia.

### **3.4 RECOMENDAÇÕES**

Como recomendações, têm-se as sugestões elencadas na sequência:

- **Conscientização:** organizar campanhas de conscientização destacando os benefícios da formalização, não apenas do ponto de vista regulatório, mas também do ponto de vista econômico, enfatizando o acesso a mercados mais seguros e melhores remunerações.
- **Redução da burocracia:** simplifica o processo de formalização, tornando-o mais acessível e menos demorado para os produtores. Isso pode envolver a digitalização de processos ou a introdução de centros únicos para todas as necessidades de formalização.
- **Incentivos financeiros:** oferecer incentivos financeiros ou subsídios a quem decidir formalizar, principalmente na fase de recuperação pós-pandemia.

- Monitoramento e suporte contínuos: revisar regularmente as políticas e estratégias em vigor, garantindo que elas ainda sejam relevantes e eficazes. Fornecer suporte contínuo àqueles que se formalizaram para garantir que permaneçam em conformidade e possam enfrentar quaisquer desafios que surgirem.

- Educação e treinamento: fornecer programas de treinamento para os produtores, educando-os sobre a importância da formalização e oferecendo-lhes as ferramentas e conhecimentos necessários para navegar no processo com sucesso.

Por fim, não se trata de reconhecer os resultados imediatos, mas de desvendar de forma abrangente a intrincada teia de causas subjacentes e seus efeitos em cascata. Os resultados das análises, portanto, não são apenas uma compreensão observacional, mas uma apreciação diferenciada da interação entre medidas regulatórias e suas implicações sociais mais amplas.

Nossa análise sugere uma interação complexa entre economia, gestão, inovação e educação em um cenário de crescente desafio. O entendimento desses fatores é vital, já que a informalidade continua sendo uma grande barreira ao crescimento dos pequenos negócios familiares rurais, impactando o desenvolvimento local e agravando a pobreza nas áreas rurais do Brasil. Estes resultados preliminares fornecem aspectos importantes que devem ser considerados para a gestão de crises, ressaltando a importância de abordagens adaptativas e respostas políticas ágeis.

#### **4. CONCLUSÕES**

Neste estudo, a emissão de alvarás sanitários surge como um indicador revelador do desenvolvimento no âmbito da agroindústria familiar de Minas Gerais. Este parâmetro, de natureza quantitativa, ilumina a transformação e evolução robusta do setor, instigadas por decisões regulatórias e políticas públicas pertinentes. A crescente proeminência da formalização, como se manifesta através do licenciamento sanitário, não é meramente indicativa da inserção no mercado formal. Em vez disso, serve como um barômetro para a efetiva inclusão social e a garantia inequívoca da qualidade dos alimentos produzidos.

No entanto, a eclosão da pandemia de COVID-19 lançou uma sombra sobre esta trajetória ascendente, possivelmente exacerbando a informalidade e levantando preocupações

sobre a sustentabilidade desses ganhos. O impacto inicial desta crise de saúde global e a resposta adaptativa subsequente do setor evidenciam a necessidade de uma gestão informada e ágil.

Ao culminar nossa análise, ressaltamos a importância de se manter vigilante e adaptável à medida que os desafios externos, como pandemias e alterações de mercado, se apresentem. Nossa investigação, embora centrada em Minas Gerais, oferece implicações que podem ressoar amplamente. A profundidade e amplitude deste estudo fornecem uma matriz essencial para as partes interessadas e formuladores de políticas, equipando-os com *insights* valiosos para navegar pelo panorama em constante evolução da agroindústria familiar, garantindo sua resiliência e prosperidade contínua.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida ao longo da execução desta pesquisa foi fundamental para a autora, enquanto estudante de Medicina Veterinária, para compreender as complexas dinâmicas entre saúde pública, regulamentação sanitária e a realidade dos pequenos produtores rurais. A vivência prática e teórica proporcionada pela iniciação científica junto a uma mestranda em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental do IFMG trouxe uma nova perspectiva sobre os desafios enfrentados pelo setor.

A troca de conhecimentos possibilitou aprofundar a análise crítica dos dados e desenvolver habilidades fundamentais para a formação acadêmica e profissional, ampliando o entendimento sobre os impactos sociais e econômicos de políticas públicas. Esse aprendizado promoveu uma visão mais abrangente e multidisciplinar, essencial para futuras atuações no campo veterinário e na promoção de uma agroindústria mais sustentável e resiliente. Ao concluir essa jornada, reafirma-se a importância da pesquisa aplicada na formação de profissionais capacitados e comprometidos com o desenvolvimento social e econômico do setor rural brasileiro.

## 6. REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA –ANVISA. **Resolução RDC n° 49/2013**-Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Brasília, DF: Anvisa. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049\\_31\\_10\\_2013.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html). Acesso em [11/06/2021](#)

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, São Carlos, 2015. v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 15/06/2021.

FERREIRA, I. D. **Demanda de crédito para a formalização entre profissionais autônomos**. João Pessoa. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (curso Superior de Bacharelado em Administração) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais,-João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/504>. Acesso em: 18/06/2021.

GOMES, I C. **Diagnóstico da situação das agroindústrias familiares rurais atuantes no município de Cachoeira do Sul e os problemas relacionados à regularização**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural) –Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179973>. Acesso em:15/06/2021.

HUNGER, R., PEPE, V. L., REIS, L. G. Inclusão produtiva com segurança sanitária de pequenos produtores na área de alimentos: um olhar a partir do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigilância Sanitária Em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia** –Visa Em Debate, Rio de Janeiro, 2020. v. 8, n. 1, p. 62-70, 2020. Disponível em <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1316>. Acesso em: 15/06/2021.

IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, CENSO AGROPECUÁRIO 2017: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em

junho.2021.

KELLY, Siobhan. **Smallholder business models for agribusiness-led development: good practice and policy guidance**. Roma: FAO, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/3/md923e/md923e00.pdf>. Acesso em: 17/06/2021.

MARCELINO, J. A., REZENDE, A., & MIYAJI, M. Impactos iniciais da COVID-19 nas micro e pequenas empresas do estado do Paraná-Brasil. **Boletim de Conjuntura**[Online], v. 2, n. 5. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/boca/article/view/Marcelinoetal/2929>. Acesso em: 17/06/2021.

MINAS GERAIS. **Resolução SES/MG N° 7107, de 14 de maio de 2020**. Define os critérios e procedimentos extraordinários e temporários para renovação do Alvará Sanitário dos estabelecimentos sob fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual em virtude da emergência de saúde pública internacional pelo novo coronavírus –COVID 19. Minas Gerais: Diário do executivo, [2020]. Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias\\_e\\_eventos/000\\_2020/coronavirus-legislacoes/20-05\\_Resolucao-7107.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2020/coronavirus-legislacoes/20-05_Resolucao-7107.pdf). Acesso em: 10/06/2021.

MINAS GERAIS. **Resolução SES/MG No 6.362, de 08 de agosto de 2018**. Estabelece procedimentos para o licenciamento sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, que exercem atividades de baixo risco sanitário na área de Alimentos. Minas Gerais: Gabinete do Secretário de Estado de Saúde, [2018]. Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O\\_%206362.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O_%206362.pdf). Acesso em 10/06/2021.

MONTENEGRO, M. R. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia**[online], v. 19. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256>. Acesso em: 16/06/2021.

OCDE. **Measuring regulatory performance: evaluating the impact of regulation and regulatory policy**. Paris: **Ocde Publishing**, 2012. Disponível em: [citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.398.3130&rep=rep1&type=pdf](https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.398.3130&rep=rep1&type=pdf). Acesso em: 04/07/2021.

RODRIGUES J. R, Otavio Luiz. A lei da liberdade econômica e as transformações no colégio civil Brasileiro. **Risco: Liberdade econômica o Brasil livre para crescer**, 2019, p. 122. Disponível em: <https://aquanticacontabilidade.com.br/webfiles/uploads/arquivo/site/1beb05f3260626831375b1dae21477cb.pdf#page=122>. Acesso em: 04/07/2021.

SILVA, A. D.; HAETINGER, C. Os empreendimentos de feiras livres do município de Santa Maria/RS- Caracterização e sustentabilidade. **Revista Estudo & Debate**, v. 24, n. 3, p. 7-28, 2017. Disponível em <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1196/1237> Acesso em: 17/06/2021.

SILVA, C.P.; ALBUQUERQUE, F.D.N.; LOPES, B.J. Social representations of unemployment, mental health and the covid19 pandemic in a small brazilian sample. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, 05 março. v. 4, n. 2, p. 7249-7262, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/27640/21864>. Acesso em: 04/07/2021.

SILVEIRA, J B. **Investigação de sistemas de gestão da segurança de alimentos em indústrias de vegetais minimamente processados do Rio Grande do Sul: Embasamento e proposta de uma legislação para o segmento**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) –Programa de PósGraduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/171567> Acesso em: 17/06/2021.

SIQUEIRA, F.E.; SILVA, J.B.; GUERRA, L.D; ALVES, L. S. F. Notas reflexivas sobre o Auxílio Emergencial Temporário no Brasil em tempos da pandemia da COVID-19. **Desenvolvimento em debate**, Rio de Janeiro, 15 março. v. 9, n. 1, p. 99-119, 2021. Disponível em: [https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd\\_v\\_9\\_n\\_1\\_francisco\\_emerson\\_de\\_siqueira\\_et\\_al.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_9_n_1_francisco_emerson_de_siqueira_et_al.pdf). Acesso em: 04/07/2021.

SOUZA, E. M. T.; CARVALHO, H. A. Microempreendedor individual: por que formalizar?. **Revista De Empreendedorismo E Gestão De Micro E Pequenas**

**Empresas**, 2019. v.4, n. 2, p. 128–147, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/210> . Acesso em: 03/07/2021.

VALADARES, A. A., Alves, F., Galiza, M., & Silva, S. P. Agricultura Familiar e Abastecimento alimentar no contexto do COVID-19: Uma abordagem das Ações Públicas Emergenciais. **IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, n. 69, p. 7, 2020. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT\\_69\\_Disoc\\_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT_69_Disoc_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf). Acesso em: 02/07/2021.

VIDAL, N. M. et al. As principais causas da não formalização das empresas na Cidade de Guarapari/ES. **Risco: Desenvolvimento em questão**, Rio Grande do Sul, 2014. v. 12, n. 28, p. 224-250. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75232664006.pdf>. Acesso em: 03/07/2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: [yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf) (wordpress.com). Acesso em: 02/07/2021.

